



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001017-95.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Reginaldo Melo Marques**
Requerido: **Rotas de Viação do Triângulo Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor, alegou ter adquirido passagens de ônibus junto à ré, para si e seus dois filhos para irem de São Carlos a Goiânia/GO.

Alegou que tencionava buscar um veículo adquirido.

Salientou que saiu de São Carlos às 23h:09 mim já contabilizando um atraso de 49 minutos e na sequência após passar pelo pedágio de Guataporá o ônibus em que estava apresentou problemas mecânicos, de sorte que permaneceu por mais de três horas no aguardo de outro para substituí-lo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

de 4h:10 minutos.

Em virtude disso, chegou a Goiânia com atraso

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré admitiu em contestação o problema no ônibus que o autor ocupava, ressaltando que o problema foi sanado, sendo que tomou as medidas necessárias para evitar ao máximo de atraso possível aos passageiros.

Mesmo que possa haver alguma divergência em relação a isso, e ainda que se acolha no particular a explicação do autor, não detecto que a espécie vertente atine a danos morais passíveis de reparação.

Em primeiro lugar, nada nos autos faz crer que o problema mecânico do ônibus tenha promanado de falta de cuidados em sua manutenção.

Outrossim, é incontroverso que a demora ocorrida aconteceu no período da noite e mesmo provocando natural desconforto no autor não foi teve a relevância que ele lhe emprestou.

Não vislumbro a partir daí abalo de vulto ao autor, que seja passível de indenização por dano moral.

Como se não bastasse, a circunstância dos fatos noticiados não chegaram a impedir a concretização do negócio que tensionava.

Dessa forma, conquanto tenha como existente o dissabor do autor, não o tomo como suficiente para render ensejo a dano moral.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo recentemente apreciou caso semelhante ao presente, assim definindo:

“APELAÇÃO – AÇÃO CONDENATÓRIA – QUEBRA DE ÔNIBUS EM ESTRADA E ATRASO DE 3 HORAS – INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL – O tempo de espera para o socorro prestado ao autor e demais passageiros do ônibus que apresentou o defeito durante a viagem, de aproximadamente três horas, jamais poderia redundar no reconhecimento de um dano moral passível de ser indenizado. Tratou-se, quando muito, de um mero aborrecimento ao qual estão sujeitos todos aqueles que na vida moderna viajam com empresas de transporte de pessoas pelas rodovias de nosso país. Além disso, o autor não é idoso e aparentemente goza de boa saúde, de sorte que o tempo de espera apontado para a solução do problema enfrentado por óbvio que não lhe causou qualquer abalo psíquico ou físico. Assim, não é todo transtorno ou incômodo que dá ensejo ao reconhecimento moral passível de ser reparado. Este deve ser de tal intensidade que provoque humilhação ou vexame, considerável abalo psíquico, intensa tristeza e dor na alma, detalhes esses que definitivamente não se enquadram na narrativa dos fatos constantes da inicial. – ART. 252, DO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*REGIMENTO INTERNO DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Em consonância com o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inc. LXXVIII, da Carta da República, é de rigor a ratificação dos fundamentos da r. sentença recorrida. Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. – SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO”. (Apelação nº 1008195-32.2014.8.26.0562, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **EDUARDO SIQUEIRA**, j. 17/06/2016 - grifei).*

Essa posição *mutatis mutandis* aplica-se com justeza à definição deste feito, rejeitando-se bem por isso a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**